

**III Congresso Internacional e V Nacional de Africanidades e
Brasilidades em Educação 23, 24 e 25 de novembro de 2020
Universidade Federal do Espírito Santo. GT2 Africanidades e
Brasilidades em Educação e relações Étnico-Raciais**

**REFLEXOS, POTENCIALIDADES E TRANSFORMAÇÕES
ATRAVÉS DO MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR NA CIDADE DE
DIADEMA**

Juliana de Souza Ramos¹

Resumo

Este estudo pretende tomar como categoria de análise a influência causada dos saberes negros na Cidade de Diadema e nas relações escolares, a partir da reflexão trazida sobre o desenvolvimento da cidade de Diadema, território negro na grande São Paulo, a partir do olhar e da percepção dos saberes negros absorvidos em especial dos Movimento Negro Educador através de suas ações emancipatórias, que perpassam pelas propostas identitárias (ações afirmativas), políticas e estético-corpóreas. Sobre as relações escolares, a produção discente nas disciplinas de História e Sociologia, nos primeiros anos do século XXI, bem como a produção não oficial discente, no cotidiano escolar. Pretende para tanto, evidenciar neste referencial as representações sobre o feminino e suas percepções, mudanças, rupturas e permanências, trabalhadas por intermédio das disciplinas de História e Sociologia e suas repercussões estabelecidas entre os representantes de diferentes grupos que atuam no ambiente escolar do Ensino Médio. Para esta análise as repercussões identificadas engendram um modo de interpretar, comunicar e sobre o modo de produzir e elaborar conhecimentos. Ou seja, uma análise que toma o impacto mencionado como fenômeno, portador de saberes e crenças dos grupos envolvidos, objetivando na sua tradução, a produção e a elaboração de conhecimento.

Palavras-chave: Território; Educação; Movimento Negro; Gênero; Etnia.

¹ Mestra; Doutoranda em Ciências Sociais pela UNESP; js.ramos@unesp.br

1. Introdução

Na busca da compreensão do que são territórios negros e saberes negros, principalmente as melhorias geradas nos territórios, utilizamos entrevistas, questionários e observação participativa como docente a doze anos em espaços públicos educacionais (escolas e centros culturais) na cidade de Diadema.

CONNERTON (1993) descreve a memória como um hábito pertencente ao social, pois o hábito de lembrar seria um acontecimento único, como os gestos usados e palavras podem tornar-se habituais. Através das práticas sociais acontece a incorporação do hábito, dois corpos presentes transmitindo de uma geração para outra.

Seriam três os movimentos de incorporação da memória, que Connerton chama de cerimônias do corpo. Passando pelo corpo, a partir de práticas de “estatuto de privilégios”, como a hereditariedade (consanguínea e simbólica) e os privilégios cerimoniais (obtenção de objetos de capital simbólico). Nesse processo de obtenção da incorporação da memória, encontramos ritos religiosos e familiares, como presentear um membro da nova geração com um objeto que já pertenceu a um ancestral, assim “passando” essa história e a importância das relações que se perpetuam, como roupas religiosas e objetos pessoais.

Connerton analisa ainda as convenções do corpo, como o externo é reflexo do interno, ou seja, somente o corpo pode ligar o externo ao interno, em que aconteceriam formas de controle social e controle dos corpos no grupo, como memória hábito, exemplo, sentar à mesa. E por fim a cerimônia trabalharia as técnicas do corpo (gestualidade). Para Connerton, conservamos a memória a partir do mundo material, do espaço, onde o passado se transmite e conserva-se através do corpo. Assim, uma das formas de perpetuação da memória e sua transferência seriam as cerimônias comemorativas.

Mais uma vez identificamos traços importantes para a cultura e formação da população afro-brasileira, com Connerton percebemos a importância da incorporação de ritos, símbolos e convenções de matriz afro que são passados de geração em geração através da incorporação de hábitos, como nas religiões de matriz afro, a Umbanda e o Candomblé, por exemplo.

Pensar memória a partir desses autores nos auxilia na compreensão de uma consciência de grupo e pertencimento, ou seja, pessoas que nasceram em

lugares e tempos diferentes, que mantêm um sentimento identitário em relação a uma cultura de referência, no caso a negra. Baseadas numa origem histórica e numa herança direta, procurando celebrá-la através de comemorações específicas, algo que reenvia diretamente para a importância da memória coletiva e do papel das associações na preservação e (re)construção e celebração desta.

O conceito de resiliência surgiu, primeiramente, na área da Física, que corresponde ao estudo à resistência de materiais, resistência ao choque. Atualmente usada para designar os sujeitos que têm a capacidade de superar situações difíceis de uma maneira criativa. Para MORAES (2004), resiliência é uma *“capacidade humana universal que faz com que o indivíduo seja capaz de enfrentar as adversidades da vida, de superá-las e transformá-las”*. Assim, podemos entender que uma pessoa resiliente é aquela que supera as desventuras da vida e desenvolve outro ou um novo jeito mais adequado e criativo, a sua realidade, de viver com as adversidades.

Segundo YUNES (2001), nos estudos sobre resiliência destacam-se pesquisadores estadunidenses e ingleses cuja maioria das pesquisas, objetiva estudar a criança ou o adolescente em uma perspectiva individualizante, buscando analisar traços e disposições pessoais. Como o Projeto Internacional de resiliência, coordenado por Edith Grotberg, apoiado pela Fundação Bernard van Leer, que analisam como uma pessoa, grupo ou comunidade previne, minimiza ou supera os efeitos nocivos das adversidades.

Sobre as estratégias de superação e sua contribuição para a construção da autoconfiança tanto individual quanto para o grupo de pertença, se na família e/ou grupo social, existem históricos de resoluções satisfatórias, isso favorece, segundo ANGST (2008), o sucesso em novos desafios. Se há históricos de superações de grandes adversidades com processos resilientes, conseqüentemente, há a potencialização da resiliência, a partir dos sucessos anteriores e a cada novo desafio.

A identidade coletiva constrói laços entre pessoas que dividem um sentimento de pertença em relação a um determinado grupo, o que gera a valorização desses laços, alcançando expectativas positivas em relação ao grupo. Assim, gerando a ocorrência da resiliência com forte influência na autoconfiança e

em resultados positivos de seus membros, o que fortalece e realimenta a autoconfiança desses membros.

ABREU (2009) detectou que a dificuldade de superação do racismo advém da forma como ele opera nas relações raciais, em virtude de estar enraizado no imaginário social coletivo. Segundo a pesquisadora, predominando o racismo mascarado, cordial, que se afirma através de sua própria negação. De acordo com suas observações em salas de aula, ocorrem situações em que os professores tiveram atitudes afirmativas que beneficiam efetivamente o estudante, ou a estudante vítima de ato preconceituoso. Mas as intervenções mais frequentes são aquelas que acabavam por reforçar preconceitos e desigualdades, embora, em algumas circunstâncias, com o intuito de corrigir um ato de racismo. Percebeu-se então que alunas negras ainda são vítimas do preconceito e da discriminação racial na escola. Tais atos racistas são habitualmente praticados por alunos brancos que, na maioria dos casos, os professores apresentam um comportamento omissivo ou até conivente com tais atitudes.

CAVALLEIRO, na obra *Silêncio do lar ao silêncio escolar* (2000), a pesquisadora comprova, a partir da observação e entrevistas com professores e pais de alunos de escolas públicas do ensino infantil, como a ideia do branqueamento ainda é presente no ambiente escolar, prevalecendo um ego branco que gera um ritual pedagógico do silêncio, o que impede a real cidadania dos estudantes negros, sendo sempre considerado um grupo inferior no ambiente escolar.

Dessa maneira, a construção de uma identidade afirmativa para homens e mulheres negros(as) se torna bastante complexa. Para uma efetiva transformação da realidade das mulheres negras no espaço brasileiro, as esferas que compõem, a contribuição da família, o engajamento político dos cidadãos, dos movimentos sociais, bem como dos meios de comunicação, propagadores dos padrões culturais dominantes na sociedade e nas instituições escolares, precisam ser portadoras de novas possibilidades reais.

Sendo assim, a aplicação de medidas reparadoras dessa realidade aviltante, em particular da Lei 10.639/03 e do Parecer CBC/CP/003/03, deveriam contribuir para a progressiva erradicação do preconceito e da discriminação racial no país. Por outro lado, a aplicação plena da lei encontra numerosas dificuldades,

entre as quais podemos mencionar: a formação precária de professores, a falta de material pedagógico adequado, a persistência do mito da democracia racial no imaginário social, o volume de dificuldades encontradas no ambiente de trabalho docente que sobrecarrega estes profissionais, a falta de apoio dos pais que de forma geral sempre defendem os filhos quando manifestam preconceito ou têm comportamento racista e discriminatório.

Como sabemos a ciência antropológica em si não consegue dar conta de responder tais problematizações de forma isolada, assim, muitas vezes se faz necessário, para buscarmos compreender processos e situações complexas, outros olhares e ciências na busca de uma melhor reflexão, assim nos debruçamos sobre a pesquisa de PRESTES (2013) na área da Psicologia, que analisou processos de resiliência em mulheres negras, dentro de uma mesma família, em quatro gerações diferentes de mulheres negras, verificou existência da resiliência e na melhoria da auto-estima das mulheres que compõem essa família.

Segundo GOMES (2018), podemos afirmar que os saberes produzidos pela população Negra e também pelo Movimento Negro no Brasil assumem três frentes: identitárias (a partir das ações afirmativas), políticas e estéticas-corpóreas.

Os saberes identitários nascem da auto-declaração racial, um saber que hoje está solidificado, HASENBALG (1996) comprova que o Brasil a alguns séculos possui uma maioria negra, porém, somente no final do século XX a população negra compreendeu a necessidade de se reconhecer como tal e deixar os “privilégios” pardos de lado, onde por conta do racismo, muitos foram registrados como brancos ou se autodeclaravam brancos quando concorriam a empregos e situações onde ser “moreno” seria uma vantagem.

Podemos afirmar segundo SODRÉ (1988) que um território seria um

espaço geográfico, apropriado por meio de processos dinâmicos e mutáveis; espaço do vivido, agregando caracteres políticos e culturais, onde diversas relações sociais se estabelecem sob aspectos reais, funcionais e simbólicos. Nesse sentido, funciona como suporte no qual a sociedade se qualifica em base histórica, na memória e nas experiências dos sujeitos e dos grupos que por ali transitam e coexistem. (Bernardo, 2017, p 91)

Enquanto um território negro será pensado a partir de CASTRO (2008), que estabelece que esses territórios em particular desenvolveram-se dentro de uma relação de exclusão categórica, periferias, com uma tênue hierarquização, onde a exclusão é aceita e perpetrada, nunca admitida. A existência da maioria da população negra será acompanhada pelas moradias precárias, subempregos, trabalhos sem reconhecimento social. *“Territórios onde a população negra mora e organiza sociedade negras, como terreiros, escolas de samba, times de futebol, salões de baile e jornais destinados à população negra”* (SALES, 2014, p 19). Assim, GONZALES (2011), delimita os lugares “naturais” de negros e lugares de brancos no Brasil

[o] lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências, atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural no negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos habitacionais [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALES apud RATTS, 2011, p. 2)

Compreendendo a origem do território negro, compreendemos como os saberes negros estão presentes nas instituições sociais onde se localizam, e assim, as influenciando e provocando mudanças positivas. Como no caso das escolas públicas de ensino básico, centros culturais, programas de Saúde e Habitação.

Contudo, quando pensamos em territórios negros, infelizmente as características que prevalecem nos levam a enxergar o racismo, que pautou o abismo social entre negros e não negros na sociedade brasileira. Assim, GOMES e MADEIRA (2018) explicitam que o problema não se

limita ao âmbito interpessoal, comportamental, sendo uma questão estruturante das relações sociais, que em sua intersecção com o gênero e a classe demarca lugares sociais. Daí a importância de observar as singularidades históricas, sob o risco de afastar o debate ideológico do combate ao racismo de questões ligadas a transformações societárias. (Gomes, 2018, p.468)

Observamos que o Movimento Negro se articula de modo a compreender e gerar ações para construir saberes voltados à emancipação completa por meio da integração do racismo e do sexismo como partes estruturantes da reflexão.

Apesar das conquistas dos movimentos negros, as diferenças ainda são grandes e devemos compreendê-la para buscarmos e se faz necessário analisá-las para que se possa intervir adequadamente visando a sua superação.

2. Diadema: Território Negro

Não são só os dados étnicos de um território que o caracterizam como Negro, contudo, ele é também é importante para compreender o mesmo. De acordo com o Sumário de Dados básicos de Diadema (2012), com base nos últimos levantamentos do IBGE sobre o tema etnia, a cidade de Diadema possui 191.856 habitantes (49,69%) que se autodeclararam não negros (brancos e amarelos), 193.911 (50,22%) que se autodeclararam negros (pardos e pretos) e 322 (0,08%) se autodeclararam indígenas.

A cidade de Diadema está localizada na região sudeste da grande São Paulo, sua população estimada, segundo o IBGE em 2019, é de 423.884 habitantes, sendo de 386.089 pessoas no último censo em 2010.

Passou a se destacar na década de 1950 como importante núcleo de instalação de pequenas e médias indústrias empenhadas na fabricação de produtos complementares para a produção das principais empresas multinacionais instaladas à época em São Bernardo do Campo e sua história está diretamente relacionada ao processo de industrialização do país e explica a urbanização do seu território através de dois elementos principais: indústrias e população de baixa renda. No seu processo de desenvolvimento, o município de Diadema vem se destacado devido ao crescimento econômico, cultural e político ocorrido nas últimas décadas e abriga pequenas, médias e grandes empresas, principalmente nas áreas mecano-metalúrgicas, química e plástica (SANTOS, 2009, p.35).

No que diz respeito à Economia, Diadema é um dos grandes e importantes centros industriais do estado de São Paulo. A industrialização começou na década de 1950, ainda distrito de São Bernardo do Campo (em 18 de fevereiro de 1953, Diadema torna-se município de São Paulo), o que motivou o desejo de emancipação do distrito e a conseqüente criação do município. Nos dias atuais é um grande polo industrial de autopeças e cosméticos, além da grande expansão das indústrias de borracha, de material de transporte, metalúrgica e química. De

acordo com dados do IBGE, em 2016 o PIB per capita foi de R\$ 31.865,08. A taxa de atividade da população acima dos dezoito anos era de 71,53% e a de desocupação era de 8,96% (2010).

2.1 Diadema e o protagonismo feminino negro

Baseados em fatos e lembranças orais, pois segundo BERNARDO (2003) é assim que a mulher afro-brasileira aprendeu a gostar de contar e explicar as coisas, retornaremos as origens da mulher negra brasileira, em seu berço África.

(...) a tradição oral explicaria o fato de a memória das mulheres negras ser cristalina, detalhista, tanto dos fatos passados, quanto dos mais recentes; e mesmo as situações vividas pelo "outro" são narradas como se tivessem a participação do narrador. Em outras palavras, a herança africana da oralidade instigaria o desenvolvimento da memória que, por sua vez, desenvolve-se de forma a produzir novas aptidões, que serão exploradas pela cultura. (BERNARDO, 2003, p. 32-3)

Uma das grandes características herdadas de nossas ancestrais, segundo a pesquisadora, mais especificamente da cultura Iorubá, foi a questão do trabalho externo ao lar, e sua conseqüente autonomia. Como relatado por Pierre Verger, o trabalho nas feiras, onde as mulheres em sua maioria, como grandes negociantes. Quando jovens trabalhando em feiras muitas vezes distantes de suas famílias, e quando idosas enviando suas filhas às feiras e administrando o pequeno comércio e/ou de tabuleiro próximo de casa. Nas feiras as atividades, sejam de troca ou para acumulação, já evidenciavam que essas mulheres não trabalhavam para os homens da família, muitas compravam a colheita dos homens, revendiam nas feiras e ficavam com o lucro.

Essa autonomia econômica da mulher Iorubá acabava se desdobrando para outras esferas, uma vez que nas feiras também se trocavam outros bens materiais e imateriais, como notícias, modas, receitas, músicas, danças, enfim, estabeleciam-se novas alianças familiares e relações sociais, como namoros e projetos de casamentos. Assim, a mulher Iorubá era responsável não só pela troca de bens econômicos, como também a troca dos bens simbólicos.

Entre os daomeanos, conhecidos como donos de terríveis exércitos, mantinha-se uma tropa de elite feminina, que diziam, amedrontavam de longe os inimigos. Segundo Silveira (2000), nos reinos Fons e Nagô-Ioruba, as mulheres

exerciam altos cargos de comando e responsabilidades, como administrarem o palácio real e fiscalização do Estado.

Quando começaram os processos de urbanização das cidades iorubá no século XVIII, foram fundadas importantes associações femininas, as sociedades lalodê e Gueledé. A primeira o nome significava senhora encarregada dos negócios públicos, sua líder tinha lugar no conselho supremo dos chefes das cidades, uma alta funcionária do Estado responsável por questões femininas e interesses dos comerciantes. Já a segunda, era responsável por trocas de bens simbólicos, como rituais relacionados à procriação, fecundidade e a fertilidade.

Outra importante característica da matrifocalidade negra herdada nas pesquisadas encontramos na religiosidade. Encontramos a princípio na Bahia, onde foram preservados os princípios da organização e da cultura de origem iorubá por meio das casas de candomblé e das associações egbe. O grupo que compõe o culto é muito mais que pessoas que se reúne para cultuar divindades, o terreiro remete a organização de uma casa com normas e costumes familiares/comunitários. Woortmann (1987) nos explica que o espaço era permeado por duas forças que se misturavam:

De um lado, ele é um espaço ritual-simbólico que encerra, em sua própria estrutura espacial, toda a cosmologia, é uma replicação, um microcosmo, do espaço social africano. E, além disso, o “terreiro” é uma verdadeira comunidade, ou um núcleo de comunidade, onde se socializam as várias gerações (WOORTMANN, 1987, p.256).

Nesse quadro, também encontramos a dominância do feminino no sistema de parentesco e da administração, uma vez que são as mulheres que concentram o poder. Um exemplo são os candomblés baianos, O Tambor de Mina e a Casa Nagô, que possuem suas origens no feminino. Assim, a família de santo tornou-se uma unidade matrifocal, representada na base da unidade mãe-filhas, também uma linhagem recriada no Brasil como matrinhagem, já que na tradição iorubá era patrilinear. De tal forma que esse sistema de crenças cria uma identidade, onde o terreiro é o núcleo de solidariedade, integração e sociabilidade. Onde laços de parentesco são recriados, tornando possíveis as pessoas que integram essa família de santo, novos e honrosos lugares em uma nova estrutura familiar. Encontramos em Reis (2011), uma percepção interessante sobre esses arranjos familiares e o papel da mãe de santo:

O que se destaca é que os terreiros, fundados por mulheres de peso em suas sociedades de origem, assim como entre os negros no Brasil, e a sua sucessão, continuaram a seguir predominantemente a linha feminina. Na hierarquia da casa de culto, a mulher desempenha uma série de funções centrais nos ritos e na presidência das cerimônias, bem como o zelo pela organização da sua família de santo (seus filhos). (REIS, 2011, p. 65).

No Brasil, a escravidão e seu fim proporcionaram diversos desdobramentos, para as mulheres escravizadas que, ao serem alforriadas, antes e em maiores proporções que os homens, encontraram melhores condições de trabalho em espaços e funções que não eram ocupados pela mulher imigrante ou branca brasileira.

A matrifocalidade tida acima como forma alternativa de família, na verdade não foi somente o resultado da imposição da escravidão e da pós-abolição, que marginalizava o homem negro no trabalho livre durante boa parte da primeira metade do século XX, impossibilitando-o cuidar do sustento integral da família. Como já vimos historicamente, para a mulher negra, a matrifocalidade é tida como reconhecimento e desenvolvimento de sua autonomia, trazendo até satisfação pessoal. Esse favorecimento do lado feminino familiar gerou:

(...) relações mãe-filho mais solidárias que relações pai e filho, escolha de residência, identificação de parentes conhecidos, trocas de favores e bens, visitas e etc., todos mais fortes pelo lado feminino; e também na provável existência de manifestações culturais e religiosas que destacam o papel feminino. (SCOTT, 1990, p. 39)

Será que essas “experiências”, somadas às necessidades econômicas e sociais, não legitimaram mais um caminho ou forma de se relacionar para as mulheres (não só negras, mas percebemos em pesquisas outras e nessa um alto número de mulheres negras não casadas formalmente) que não necessariamente tivesse que passar pelo compromisso “registrado”, seja em cartório ou religioso? Em nossos dias, a principal queixa, segundo pesquisa e análise do IBGE em 2010, são os altos valores a serem pagos para a realização do casamento civil e do religioso.

As mulheres que já viviam na região periférica de São Paulo, somadas às que vão fincando raízes no século XX, podem ser compreendidas dentro de várias interseccionalidades, ou seja, estão contidas dentro de uma trama de

relações, com diversas variantes, dentro de uma dinâmica histórica própria que vem passando por processos de rupturas e permanências dentro da dinâmica da desigualdade social. Uma vez que a maioria das mulheres pardas e pretas ainda estão contidas nas menores rendas familiares, esse quadro mostra que, para conseguir mobilidade social, essas mulheres dependem de ações postas em prática por si mesmas, e não por meio de casamentos e arranjos. Também se percebe a incorporação de características burguesas contemporâneas, como o isolamento e a diminuição do número de membros nas famílias.

Segundo o IBGE, entre 2000 e 2010, a proporção de mulheres na população com ao menos um filho diminuiu nas faixas etárias mais jovens, ainda não foram divulgados os dados por município. Em 2010, 37,3% das 50,0 milhões de famílias (únicas e conviventes principais) que residiam em domicílios particulares, tinham a mulher como responsável e a contribuição delas no rendimento familiar era de 40,9% em média. Dos 57,3 milhões de domicílios particulares permanentes em 2010, 38,7% tinham mulheres como responsáveis.

Percebemos a dificuldade de encontrar dados específicos sobre a população negra feminina na cidade de Diadema, quando buscamos dados gerais como número e renda, encontramos dados relevantes, contudo, quando o assunto é educação, saúde, trabalho e etc., somente encontramos indicadores que organizam os dados entre gêneros e não etnia.

Segundo o Observatório de Políticas Públicas, Econômico e Social de Diadema (OPPES), em dezembro 2012, entre as mulheres, 50,32% se autodeclararam brancas e 48,57% negras ou pardas. O maior percentual de mulheres negras ou pardas está no bairro Inamar (54,89%). O menor se localiza no Centro (34,87% do público feminino).

As mulheres são maioria a partir da faixa etária entre 15 a 19 anos (50,21%) em Diadema. Entre a população idosa (60 anos ou mais), elas representam 57,11%. Ainda que nasçam mais meninos que meninas (em 2010, 51,77% dos nascidos vivos em Diadema eram do sexo masculino), há preponderância do público feminino no município, fenômeno também verificado no Brasil, Estado de São Paulo e Grande ABCD. Essa diferença pode ser consequência da preponderância de óbitos masculinos e negros. Em 2010,

58,90% das mortes totais foram de homens. Dos que morreram por mortes violentas, 83,13% eram homens.

O número de domicílios cujo responsável é a mulher aumentou em 119,86% de 2000 para 2010 (23.062 para 50.705). A proporção de moradias cuja pessoa responsável é do sexo feminino saltou de 23,49% para 43,21%. Contudo, em relação aos domicílios pobres (com renda abaixo de ½ salário mínimo per capita), elas já são maioria (52,73%). A diferença de rendimento médio entre homens e mulheres em 2010 foi de 28,23% em Diadema.

Outro dado relevante que a OPPES apresenta em 2012 é o rendimento médio mensal das mulheres de 10 anos ou mais de idade de Diadema, com rendimentos, em reais, declarados por cor/raça em 2010. As mulheres negras são 96.785 pelos dados do IBGE de 2010 e possuem a pior média de renda (R\$ 795,46). A melhor renda média fica entre as orientais, que são 2.064 mulheres de acordo com o IBGE (R\$1.232,32), enquanto as brancas são 100.272 e ficam em segundo lugar com relação a renda (R\$988,60).

Diadema foi a primeira cidade a eleger um prefeito do Partido dos Trabalhadores – PT, o sindicalista Gilson Menezes em 1982. Foram sucessivas prefeituras com ações conjuntas e/ou que levavam em consideração os movimentos sociais que também eclodiram na região no final da ditadura militar brasileira. Assim, as reivindicações das mulheres não ficaram de fora da construção das ações públicas para que atendessem suas demandas, uma vez que as mulheres eram maioria nos movimentos sociais que lutavam por moradia, saúde e educação, cuja atuação resultou em muitos avanços para a cidade.

A cidade de Diadema é também uma das pioneiras em políticas públicas para mulheres no Grande ABCD. O Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – Casa Beth Lobo, criado em 1991 – segundo serviço público do gênero inaugurado no estado de São Paulo – oferece atualmente acolhimento à mulher, com atendimento social, psicológico e atendimento jurídico criminal. Também trabalha a prevenção e orientação da população sobre a violência. A Casa foi reconhecida por seu trabalho de prevenção à violência contra a mulher, tornando-se um dos 20 projetos vencedores do Prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio Brasil 2007 e

também foi finalista em prêmio da Fundação Getúlio Vargas, com um projeto que desenvolveu voltado aos homens.

Ainda na década de oitenta, nos movimentos por moradia, as mulheres também se destacaram, na luta pela urbanização das favelas, participando do primeiro mutirão em prédio do Brasil, no bairro Jardim Casa Grande. Fundaram em 1987 o Clube de Mães do Jardim Navegantes, espaço onde até hoje são oferecidos diversos cursos, atividades e mantêm em funcionamento uma das primeiras creches com auxílio público da cidade.

Em Diadema acontecem periodicamente eventos que reúnem a memória das pessoas que construíram a cidade. Em 2013, em um destes eventos se comemorou o Dia da Mulher, que contou com uma semana de encontros femininos, no teatro Clara Nunes:

“As mulheres se envolveram para melhorar a saúde e o antigo hospital Samcil, passou para o município, tornando-se o primeiro hospital público da cidade. A população ajudou a construir, por meio de mutirão, a UBS Jardim ABC, primeira UBS do município e o Conselho Popular de Saúde passou a ter forte atuação no município. A necessidade de ter água boa e barata envolveu as mulheres e foi criada a Saned [Companhia de Saneamento de Diadema].”

3. Etec JK

Substanciando as referências em análise, nos últimos anos vem se evidenciando o aumento da procura de mulheres pelas escolas técnicas do Centro Paula Souza e do ensino médio regular, mas principalmente pelos cursos técnicos, onde muitos eram procurados, pensados e planejados para uma demanda de maioria masculina.

O Centro Paula Souza é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). Presente em aproximadamente 300 municípios, a instituição administra 221 Escolas Técnicas (Etecs) e 68 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais.

As Etecs trabalham com mais de 207 mil discentes (2019) nos Ensinos Técnico, Médio e Técnico Integrado ao Médio, com 140 cursos técnicos para os setores industrial, agropecuário e de serviços, incluindo habilitações nas

modalidades presencial, semipresencial, online, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica.

Segundo dados apresentados no I Fórum Profissional Feminina e o Mercado “Centro Paula Souza 1969 – 2019”, realizado em 26 de abril de 2019 na sede da instituição localizada no bairro de Santa Efigênia, na cidade de São Paulo, a participação de mulheres tem aumentado. Segundo o número de matrículas no primeiro semestre de 2019, 53.410 mulheres se matricularam nos cursos diurnos frente a 50.715 homens, ou seja, 5% mais alunas nas escolas técnicas do Centro Paula Souza. Contudo, nos cursos noturnos ainda temos a maior presença de homens, 55.452, enquanto 50.715 mulheres.

No final do século XX, a diferença entre as matrículas entre homens e mulheres era grande, em 1998 apenas 37% de mulheres foram matriculadas, os números entre homens e mulheres matriculadas se aproximam somente em 2010, com 49% de alunas matriculadas, a partir de então encontramos certa paridade (Anexo 2). Sobre os discentes concluintes no segundo semestre de 2018, as mulheres também superam os homens, 51% mulheres (Anexo 3). Não foram divulgados dados relacionados a etnia dos inscritos e nem matriculados no estado de São Paulo.

Essas “pequenas” mudanças com relação ao aumento da presença feminina nas escolas técnicas estaduais do Centro Paula Souza, além de serem reflexo da mudança social ocorrida nos últimos anos nas grandes cidades brasileiras, (com o crescimento das políticas públicas e debates sobre gênero e etnia, por exemplo) também interferem no Currículo construído nas escolas e em seus resultados político-pedagógicos. Uma vez que o currículo não atua somente nos alunos, os professores, gestores e demais funcionários também são impactados, e precisam transformar suas ações, seu modo de pensar e fazer a escola.

No município de Diadema, a Escola Técnica Juscelino Kubitschek de Oliveira teve sua história iniciada em 26 de junho de 1998, como Extensão da ETEC Lauro Gomes, com três cursos técnicos: Administração, Secretariado e Informática. No dia 08 de agosto de 2007, passou a ser uma unidade do Centro Paula Souza com o nome de ETEC Diadema. Em 2009, em parceria com a Secretaria da Educação, foi criada a classe descentralizada, na E.E. Robert

Kennedy, em São Bernardo do Campo. Em julho de 2015 foi assinado um convênio entre o Centro Paula Souza e a Associação Comunitária Despertar para a implantação de uma classe descentralizada na Despertar. Em janeiro de 2017 agrega mais uma classe descentralizada, o Céu Caminho do Mar, em São Paulo, com três cursos técnicos: Administração, Finanças e Orientação Comunitária.

O município de Diadema passou a se destacar na década de 1950 como importante núcleo de instalação de pequenas e médias indústrias empenhadas na fabricação de produtos complementares para a produção das principais empresas multinacionais instaladas à época em São Bernardo do Campo e sua história está diretamente relacionada ao processo de industrialização do país e explica a urbanização do seu território através de dois elementos principais: indústrias e população de baixa renda. No seu processo de desenvolvimento, o município de Diadema vem se destacado devido ao crescimento econômico, cultural e político ocorrido nas últimas décadas e abriga pequenas, médias e grandes empresas, principalmente nas áreas mecano-metalúrgicas, química e plástica (SANTOS, 2009, p.35).

Localizada no bairro Serraria, a ETEC Juscelino Kubitschek de Oliveira é uma unidade escolar pequena, sem quadra esportiva, com 9 salas de aula e 3 laboratórios de Informática. Recentemente foi adaptado, perto da cantina, um local com cozinha e refeitório para atender os alunos do Ensino Médio que fazem curso técnico a tarde e as 3 salas de Etim de Administração (Ensino Médio e Ensino técnico juntos).

Com base no Plano Plurianual de Gestão elaborado em 2018, os discentes dessa unidade escolar matriculados em 2018 são 53,5% mulheres e 46,5% homens. Autodeclarados pardos 43,6%, pretos 14,7%, brancos 38,4%, amarelos 2% e indígenas 1%, também se declararam afrodescendentes 43,8%.

Mais da metade (55,8%) das famílias dos discentes são compostas por quatro a seis pessoas, enquanto 35,9% de uma a três pessoas. Sobre a renda familiar, novamente a maioria do total de alunos (44,5%) possuem renda mensal de um a dois salários mínimos, enquanto 22,8% declararam ter renda familiar de dois a três salários mínimos. Com relação a faixa etária dos matriculados: 58,1% tem de dezessete a vinte e um anos, 17,7% de doze a dezesseis anos, 11,1% de vinte e dois a vinte e seis anos e 2,5% acima de 41 anos.

A Etec JK por ser uma escola sem o mínimo de infra estrutura física para atender seus alunos (falta quadra poliesportiva, laboratórios de ciências e uma área de coletiva (pátio) que comporte todos os seus alunos ao mesmo tempo), precisou se repensar, e principalmente, escutar os discentes, caso contrário acreditamos que o trabalho pedagógico satisfatório não se realizaria.

Neste cenário, um grupo de professores passou a implementar pequenas ações que paulatinamente passaram a modificar o contexto de aprendizagem. Dentre estas ações, por exemplo, passou-se a incluir no currículo (global) a compreensão das diferenças de gênero, etnias e classes objetivando alcançar a comunidade escolar e estimular formas de repensar o seu fazer e sua autoconstrução cotidiana, trabalhando para que a diferença apareça, faça parte, de modo a construir ações e atitudes de transformação, de modo a “igualar” as diferenças. Iniciativas nas quais um aluno homossexual poderia se sentir acolhido e respeitado. Onde conteúdos pedagógicos poderiam ser expandidos e dialogassem em com as problemáticas que o discente enfrenta no seu dia-a-dia, como o racismo, sexismo e misoginia. Propiciando meios de produção de novas realidades, buscando romper com ideologias conservadoras, trazendo a ideia de currículo como experiência, uma vez que o mesmo interfere na construção de saberes, ouse já, deferindo as características dos discentes, de modo a cumprir suas funções sociais, dentre elas a de ser a ponte entre a sociedade e a escola.

Assim, ao longo de onze anos de existência, foram se desenvolvendo práticas, projetos, e principalmente escutas que fazem com que os alunos sejam reais partícipes do projeto político pedagógico da unidade escolar.

Além das atividades já incorporadas ao calendário escolar, como Festival de Bandas (agosto), Festival de Dança (outubro) e Disputa de Rimas (abril), o CPS promove na maioria das suas unidades a Semana Paulo Freire. Em Diadema ela acontece em maio, onde os alunos, por três anos, realizam em um dia dessa semana o “Café Filosófico”, onde os mesmos escolher temas relevantes e da atualidade para serem debatidos, em 2019, alguns dos temas foram: Femicídio, Aborto, Lei de armamento, Refugiados e Xenofobia, e Combate ao Racismo. Todos os alunos se inscrevem em uma das propostas. Já existe a demanda de oferecer mais um dia de debates, para que os discentes possam participar em mais de um tema, a mediação é feita pelos professores.

A proposta curricular, para o Ensino Médio, foi atualizada em 2011 com o objetivo de atender os adendos da Lei e Diretrizes e Bases e pareceres do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação, que estabelecem novas demandas às escolas no que se refere à inclusão de conhecimentos sobre a matriz indígena e africana.

Para a Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, o texto oficial pauta os temas a serem contemplados, trazendo assim a oportunidade de tratar de tópicos relacionados à Cidadania no Brasil de hoje; Direitos, direitos humanos, direitos sociais, direitos dos povos, direitos internacionais. Sobre a Constituição, Códigos e Estatutos; organismos governamentais e não-governamentais em defesa de direitos, assim como os avanços e conquistas em relação à inclusão social. Para a base que se refere à disciplina de Sociologia, as proposições trazem temas que abordam questões sobre Diferença e desigualdade; Desumanização e coisificação do outro, questões de gênero e etnia; Mudança e Transformação social; Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais; Inclusão e exclusão; Movimentos sociais no Brasil; Violência, Violência e representações sociais; Violência e sua construção como problema sociológico; Violência simbólica.

Sob o ponto de vista da teoria de Currículo Reconceptualista de GIROUX (1997) é o que se deseja, a criação de ações de resistência frente a racionalidade técnica e utilitária positivista, ou seja, mediações e ações em nível micro que podem trabalhar contra os desígnios do poder e do controle na formulação de uma Pedagogia das Possibilidades. Entendendo que a escola e o currículo possam ser, ferramenta e local onde se deve exercer habilidades democráticas, com práticas efetivas direcionadas para as atividades críticas a serviço da emancipação, dando voz a construção de espaços onde anseios e pensamentos possam ser ouvidos e considerados.

Neste âmbito é importante mencionar e considerar, com relação a todo o processo educacional, em especial, as demandas da educação escolar no ensino médio, para a equipe docente o desgaste brutal posto para solucionar e encaminhar satisfatoriamente todas as necessidades surgidas no universo da escola e evidenciados nos últimos dez anos e amplamente divulgados. Âmbito este que exige do corpo docente bons resultados nos diferentes formatos de

avaliação externa e em especial o para Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, e vestibulares aliados as necessidades sócio-emocionais dos alunos. Ou seja, desenvolver ética e cidadania, em contextos de grande diversidade e escassez de toda ordem e preparar para o mercado de trabalho, fato este, muito significativo para as escolas técnicas, mesmo nos cursos de ensino médio regular. Apesar do cenário adverso,

As Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) tiveram destaque no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018, repetindo o ótimo desempenho alcançado nos anos anteriores. O cruzamento de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), publicado no site da Folha de S. Paulo no dia 18 de junho, mostra que as 25 melhores escolas públicas da Capital e 32 das 50 melhores escolas estaduais do Brasil são Etecs. Entre as primeiras 60 melhores escolas públicas do Estado, 44 são Etecs. (SP Notícias, Qui, 20/06/2019 - 9h28 | Do Portal do Governo)

Na amostra divulgada, a Etec JK ficou em 54º lugar, entre as sessenta melhores escolas públicas do estado de São Paulo. Há cinco anos está em primeiro lugar entre as escolas públicas da cidade de Diadema e em 2016 foi primeiro lugar na cidade.

Analisando os processos pedagógicos e a realidade prática dos mesmos, foi possível perceber que buscar aliar as necessidades do mercado, do ENEM e dos vestibulares com condições emancipatórias não é fácil, mas faz parte do ideal desenvolvido por um grupo de professores da escola.

Este compromisso relaciona-se com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social. É uma prática, uma expressão e função socializadora e cultural que determinada pode instituir e reagrupar uma série de subsistemas. É o que em tese, está por trás de toda a educação, para transformar suas metas em estratégias de ensino. Expressão de equilíbrio de forças que gravitam no sistema educativo.

Assim, foi pela necessidade de sobrevivência qualificada que a escola, por ora, consegue lidar muito bem com poucos casos de indisciplina e problemas de funcionamento, privilegiada por ser uma escola pequena, na qual todos se conhecem e a maioria dos alunos sentem-se acolhidos e se reconhecem como partícipes do projeto político pedagógico da unidade escolar.

Pensando a teoria do currículo e sua construção, utilizamos como referência alguns de seus pensadores críticos e pós-críticos, que almejavam a análise da educação e do currículo a partir do questionamento dos pressupostos e dos arranjos educacionais, visando compreender o que o currículo de fato faz.

Segundo BOURDIEU (2015), a leitura hegemônica que se faz da escola é o espaço das experiências, da construção da cidadania, permeada por ações progressistas que buscam avaliar como ser mais eficaz, classificando os sujeitos a partir do quanto eles produzem. Onde a reprodução cultural que a escola articula funciona como “uma imposição do conhecimento do ‘eu’ e do mundo, propiciando ordem e disciplina aos indivíduos, na qual a reprodução da cultura dominante garante a reprodução social.

Neste sentido, o Capital cultural funciona como forma de inscrição de sistemas simbólicos de acordo com os quais a pessoa deve interpretar e organizar o mundo e nele agir, onde a prática escolar e o processo de escolarização, segundo Popkewitz (2008, p.192) *“incorpora estratégias e tecnologias que dirigem a forma como os estudantes pensam sobre o mundo em geral e sobre o seu eu nesse mundo”*.

Pensando as disciplinas oferecidas nos cursos de ensino médio regular e no ensino médio com o técnico (ETIM), acreditamos que o modus operandi que articula o capital cultural do currículo imposto pelo Centro Paula Souza (CPS) ainda permite espaços para formas e abordagens, atividades e até mesmo conteúdos relacionados a vivência e as necessidades expressas pelos discentes. Ação que deve passar pelo crivo da percepção docente para articular as sequências didáticas, entendendo que o conhecimento válido é construído a partir de lutas entre diferentes grupos em uma matéria sobre as normas de participação, verdades e reconhecimentos.

Um exemplo prático é a disciplina de Sociologia que de modo tardio passou a fazer parte da grade curricular do CPS. No caso da Etec JK somente em 2014, depois da mudança da grade de disciplinas), por conta de várias solicitações do corpo docente e discente, ocorrendo o processo de naturalização no qual o debate e a luta que produziram o conhecimento disciplinar são encobertos e um sistema de ideias estável é apresentado aos adolescentes e jovens.

Na atualidade, a disciplina abarca os conteúdos do currículo da Instituição, contudo também contempla debates e apontamentos dos alunos sobre gênero e etnia, as principais demandas dos discentes apontadas no início de cada ano letivo. Contudo, já está prevista uma reforma no currículo da instituição CPS, na qual Projetos serão os norteadores das disciplinas, vistas sob esse prisma como algo “ultrapassado”, no caso da Sociologia continuará com uma carga horária mínima, com uma aula semanal, somente na 1ª série do ensino médio e no ETIM, dependendo do curso técnico, poderá deixar de existir na grade.

4. Saberes e práticas negras em Diadema

Estratégias e ações de negros e negras se destacam no fortalecimento do campo democrático nos territórios negros. Em especial, a juventude negra tem protagonizado, graças ao movimento hip-hop e movimentos ligados à arte urbana e estética, atividades de enfrentamento aos padrões opressores do corpo, cabelo, comportamento em busca de uma identidade negra fortalecida.

Na área da Cultura, um dos grandes destaques da cidade, vários projetos promovem o estímulo e acesso aos bens culturais, respeitando a diversidade. São nove bibliotecas, dez centros de memória, em um total de vinte e cinco áreas de convivência como Centros Culturais e Associações de moradores.

No que tange à educação, é importante perceber que, ao longo da história, foi e é pauta mais importante nas reivindicações da população negra. Andrews (2015, p. 156) afirma que “a educação é universalmente reconhecida como uma área fundamental para a justiça social e como um dos mais poderosos determinantes de desigualdades e hierarquia social”.

Os investimentos na Educação e Cultura são os principais cartões de visita a anos, uma vez que o Centro de Memória de Diadema, o teatro municipal “Clara Nunes” e os dez centros culturais municipais são muito utilizados, por vários e múltiplos eventos culturais, shows, espetáculos, peças de teatro, dança (a cidade possui uma companhia de dança que mistura ballet e dança contemporânea), exposições, debates, seminários e ações educativas, além da famosa casa do Hip Hop. Há seis anos promove sua própria Virada Cultural.

Ainda sobre Educação, em 2009, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas estaduais era de 5,6, enquanto que o índice

das escolas municipais era de 5,2.75 O município contava, em 2009, com aproximadamente 93 753 matrículas, 4 041 docentes e 293 escolas nas redes públicas e particulares. Possui três instituições de ensino superior; são elas a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec) e Faculdade Diadema (FAD). Com relação ao ensino técnico, a Fundação Florestan Fernandes, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a Escola Técnica Estadual (Etec Juscelino Kubitschek de Oliveira). Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação (MEC), o índice de analfabetismo no ano de 2000 entre pessoas de 18 a 24 anos de idade era de 1,7%⁸⁶ e o de alfabetização era de 93,8%. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, em 2010, era de 96,8 %.

A partir da década de 1980 foram criados pelos movimentos femininos: Grupo Mulheres em Movimento, Grupo de Dança Mulheres do Eldorado, Comunidade Negra do Campanário, Grupo de Apoio e Prevenção ao Câncer de Mama.

Em 2010, foi criada a Coordenadoria da Mulher, com a função de elaborar, coordenar e articular as políticas voltadas às mulheres de maneira transversal na administração pública, juntamente com a sociedade civil, movimentos sociais e com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Para coroar a atuação feminina na cidade, em 2012 foi lançado o Primeiro Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. Compareceram ao evento de lançamento no Quarteirão da Saúde (complexo de atendimento de saúde pública) a representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), do Governo Federal, a Delegacia de Defesa da Mulher de Diadema e representantes regionais do Conselho dos Direitos da Mulher; a Coordenadora de Políticas para a Mulher de Diadema; a Secretária de Planejamento e Gestão; além de representantes das diversas secretarias, e do Prefeito de Diadema.

O Plano trouxe compromissos e diretrizes prioritárias, a partir das demandas trazidas pelas mulheres e Movimentos Sociais de Mulheres Negras. No processo de construção do Plano, iniciado em 2010, realizou-se diagnóstico de cada área, levantou-se o que existe no município e que beneficia as mulheres, e foram sugeridas ações a serem implementadas nas diversas áreas. O plano prevê:

Ações para o fortalecimento da autonomia econômica e financeira das mulheres e da igualdade de gênero no mundo do trabalho; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; direito à vida com segurança, qualidade, acesso a bens, equipamentos e serviços públicos; educação inclusiva; saúde das

mulheres, garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, entre outras”.

5. Conclusão

Nascida da necessidade de moradia dos trabalhadores das fábricas e da construção civil da região do ABC, sem planejamento urbano e muitas ocupações até o início do século XXI, a Cidade de Diadema é um legítimo território Negro, com todos os seus ônus e bônus.

Diferente de alguns territórios negros que foram ao longo do século XX se “branqueando” ou “amarelado”, Diadema conseguiu se desenvolver abraçando cada vez mais os seus saberes negros, os legitimando e valorizando, vide sua juventude, que diferente de seus avós e pais que são migrantes, em sua maioria nordestinos e negros, nasceram na cidade e estão criando novas identidades para a população local. Como novas perspectivas de estudo e trabalho.

Embora ainda situados em bases preliminares, os principais resultados obtidos, na pesquisa em andamento referenciada neste artigo, emergiram nas formas de promoção de poder, auto-estima e afirmação dos discentes, em especial das adolescentes e jovens mulheres pretas e pardas no contexto da escola pública, assim como delegação e reconhecimento de identidade.

A alta mobilização e participação nos projetos sobre a temática entre discentes e docentes que foram desde criação de cartazes à organização de manifestações contra casos de assédio no ambiente escolar, também se configurou como resultado relevante. Neste sentido, ainda podemos incluir a organização e a criação de coletivos para promover rodas de conversas e debates sobre temas relacionados a esfera do feminino, em especial as formas de violência contra as mulheres, negros e LGBTQIA+.

Outro fator importante a ser observado, foi o reconhecimento e a participação da família em trabalhos solicitados, bem como no retorno apresentado através das Reuniões de Pais e Mestres. Por fim o registro de interferências de caráter democrático nas normas de convivência fixadas pela gestão escolar a partir de ações específicas e reuniões com os representantes de classe e a reelaboração do projeto político e pedagógico da escola, de modo coletivo.

Referências bibliográficas

ANDREWS, George Reid. América afro-latina: 1800-2000. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

ANGST, Rosana. Psicologia e resiliência: Uma visão de literatura. *Psicol. Argum.* 27 (58): 253-260, julho 2009.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BERNARDO, Teresinha. Racismo e educação: (des)caminhos da Lei n.10.639/2003. (orgs) Teresinha Bernardo, Regimeire Oliveira Maciel, Janaína de Figueiredo – São Paulo: Educ: FAPESP, 2017. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortes, 2004.

CASTRO, M. S. de. Bexiga: um bairro afro-italiano. São Paulo, Annablume, 2008.

CORAZZA, Sandra Mara. Por um Inferno em Educação: Nietzsche, Deleuze e outros afins. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CONNERTON, Paul (1993). Como as sociedades recordam. Oeiras : Celta Editora. 126p.

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem [Trad. Daniel Bueno]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HASENBALG, C. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, M.C., e SANTOS, R.V., orgs. Raça, ciência e sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo , n. 133, p. 463-479, dez. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300463&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 de maio de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.154>.

NOGUEIRA, Fábio. Governo Temer como restauração colonialista. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4-5, 9 jan. 2017.

PIERRE, Bourdieu. Escritos de educação / Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 16. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

POMPEU, Fernanda. Psique e Negritude: Os Efeitos Psicossociais do Racismo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto AMMA, 2008.

POPKEWITZ, T. S. História do Currículo, Regulação Social e Poder. In: T. T. Silva (org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, p. 173-210, 2008.

RAMOS, Juliana de Souza. Mulheres Negras: Projetos de Vida. São Paulo. 2015. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).

RAMOS, Juliana de Souza; Araújo, Patrício Carneiro e Conceição, Joanice Santos. Entraves e possibilidades para implementação da lei 10.639/2003: Apoio para professores. São Paulo: FAPESP. 2013.

RATTS, A. Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: CONGRESSO LUSO AFRO—BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11. Anais ... Salvador Conlab, 2001.

REIS, Rute Rodrigues dos. As Vozes que Fazem o Gênero. O feminino e o masculino nas famílias negras. São Paulo: s,n, 2011. Tese (doutorado na PUC), 2011.

RIOS, Flavia Mateus. Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo. São Paulo, 2009. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais. USP). 2009.

SALES, Ricardo R. A imprensa Negra Paulista e a Educação: um movimento de resistência? Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, Deborah Silva. Memória e oralidade: mulheres negras no Bexiga, São Paulo, 1930/40/50. São Paulo: s.n, 1993. Dissertação (mestrado na PUCSP), 1993.

SANTOS, Marcela Ernesto dos. Mulher e Negra: As Memórias de Carolina Maria e Maya Angelou. São Paulo, Assis. 2009. Dissertação (mestrado em Letras na UNESP), 2009.

SCOTT, Russel Parry. "O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico". São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 1990.

SANTOS, Joana Darc V. dos. Lutas por moradia na cidade de Diadema (1983-1996): cooptação política e acomodação de conflitos do capital. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa da. A construção do currículo na perspectiva popular crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2004.

SODRÉ, M. O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira. Petrópolis, Vozes, 1988.

Sumário de Dados básicos de Diadema. http://www.diadema.sp.gov.br/dmp/comunicacao/Comunicacao/Site2/sumario_mio_lo_20x26.pdf

<http://www.etecjk.com/wp-content/uploads/2018/08/ppg-2018.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2018.

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/mais-uma-vez-escolas-tecnicas-estaduais-se-destacam-no-enem/>. Acesso em 20 de junho de 2019.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/diadema/panorama>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

<https://www.cps.sp.gov.br/etecs-promovem-semana-paulo-freire/>. Acesso em 10 de abril de 2019.